



GT 28. Das coleções aos sujeitos, dos sujeitos às coleções: nova luz sobre os acervos etnográficos musealizados

Coordenador(es):

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Sessão 1

Debatedor/a: Marília Xavier Cury (MAE-USP)

Sessão 2

Debatedor/a: Lia Fernandes Peixinho (UNIRIO)

Desde o final da década de 1990 os processos museológicos relacionados às coleções etnográficas vem sendo alvo de críticas, reflexões e significativas mudanças. Nesse sentido, a antropologia e a museologia reviram seus pressupostos epistemológicos o que provocou entre outros a constituição de uma nova ética na relação com os chamados “informantes” ou “povos representados” nas coleções. Paralelamente, em diferentes localidades os povos tradicionais, os povos indígenas e outros povos tem se organizado para pressionar governos, pesquisadores e a sociedade em geral na garantia de seus direitos, o que por sua vez em muitos casos desaguou na formulação de políticas próprias que lhes asseguram tais direitos. Direito ao território, às memórias, às tradições, à língua, à educação diferenciada e ao patrimônio são apenas alguns destes direitos. Implicadas com tais mudanças, diversas instituições e iniciativas lançam uma nova luz sobre as coleções etnográficas, iluminando práticas que são construídas por um fazer colaborativo com povos indígenas, populações tradicionais e outros grupos sociais na busca de novos sentidos para além das próprias coleções. Assim, este GT pretende acolher relatos de experiências e reflexões, conduzidas em espaços museais ou fora deles por diferentes atores, que versam sobre o duplo caminho que articula coleções e sujeitos, sujeitos e coleções.

Sobre dentes e tambores: pessoas, coisas e repatriação no Museo Mapuche de Cañete, Chile

Autoria: Lucas da Costa Maciel (USP - Universidade de São Paulo)

Dois relatos: um dente retirado de uma cova; um tambor que vai atrás de sua dona. E, logo, um Museu, o Museo Mapuche de Cañete, instituição pública pertencente ao Estado chileno e hoje administrado pelas comunidades, pedagogos, museólogos e antropólogos Mapuche. O que pretendo com essa comunicação é mostrar como dois relatos diferentes, um sobre pessoas e outro sobre coisas, se compatibilizam através dos pressupostos que organizam, no mundo Mapuche, o regime de objetos, em específico os “objetos pessoais”, expressão usada pelos meus interlocutores. Brevemente, explorarei como a fronteira entre pessoas e coisas é um artifício visual que faz emergir um dos lados das coisas/pessoas, mas sem deixar de pressupor os demais. Coisas podem aparecer como pessoas ou como partes delas, mas elas não são pessoas. No mundo mapuche, as relações é que aparecem como algo ou alguém para algo ou alguém, de tal modo que a diferença entre pessoas e objetos é posicional. O que pretendo, então, é mostrar como a imagem do museu como um cemitério (cheia de coisas de gente morta, dizem) não dista, conceitualmente, da imagem do museu como um cativeiro de ancestrais e suas espiritualidades. Com este movimento, espero mostrar de que modo a experiência do Museo Mapuche e a reflexão com meus interlocutores podem adicionar ao debate sobre a repatriação de pessoas e objetos. Entre outras coisas, minha intenção é indicar que, a depender das coisas que estão em questão e da posição a partir da qual elas ganham uma forma, um tambor é tão “resto



humano ou bioantropológico? quanto um dente ou um crânio. Com isso, não pretendo descartar a separação entre pessoa e objeto que organiza o grosso do discurso internacional sobre a repatriação como um direito humano dos povos espoliados pelo colecionismo euroamericano, mas complexificá-la e confundi-la para dizer que, a partir do critérios Mapuche, aquilo que se vê como um objeto pode, sob outro olhar, ser encarado como o corpo de um ancestral. Mais do que isso, ele indica que as espiritualidades associadas a ele podem estar procurando-o e, neste sentido, indisponíveis para tornar a compor novas pessoas, na sequência de articulações entre pessoas e espiritualidades indicadas pelo conceito de *kvpalme*, traduzido, por ora, como descendência, a forma em que espíritos se associam a pessoas para produzir *elche* (pessoas com conexões especiais, autoridades). Esta apresentação é uma torção etnográfica do modo em que os mapuche questionam os Museus e seu regime de patrimônio ao mesmo tempo em que passam a habitá-los.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: